Prezado Fornecedor:

Favor observar as seguintes recomendações ao emitir a nota fiscal para a Justiça Federal:

1. A nota deverá ser emitida em nome de:

Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais – CNPJ 05.452.786/0001-00 / Av. Álvares Cabral, 1.805 - bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP: 30.170-001 - caso o **endereço de entrega** não seja o da matriz (supracitado), deverá ser especificado no campo de observação da N.F.)

1. Preencher adequadamente os espaços em branco, destacadamente:
* Preço unitário (obrigatoriamente, ainda que seja apenas uma unidade);
* Preço total;
* Valor total da nota;
* Valor do imposto de renda e das contribuições, a serem retidos conforme art. 1º da IN/SRF nº 1234/2012, ressaltando-se a obrigatoriedade de lançamento do ISSQN (LC 116 e legislação local) e INSS (IN 971/2009), quando for o caso;
* CNAE - código de atividades relativas a serviço, quando for o caso;
* Datas, de emissão e de saída;
* Características dos volumes;
* Descrição dos bens ou serviços conforme a nota de empenho;
* Dados bancários, compreendendo:

Banco: código e nome

Agência: código com 4 dígitos e nome

Conta corrente: número

\* A conta indicada para crédito será, obrigatoriamente, em nome do fornecedor.

Caso a nota fiscal não seja preenchida rigorosamente de acordo com a descrição da nota de empenho, ficará retida sem o correspondente pagamento até que seja providenciada a sua correção.

1. Enviar, se for o caso, a Declaração de Opção pelo Simples, conforme abaixo, ou consulta ao

[Portal do Simples Nacional](http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21), nos termos do Art. 6º, § 4º, da [Instrução Normativa RFB nº 1234/2012](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200):

ANEXO IV
DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 4~~º~~

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n~~º~~ 1.244, de 30 de janeiro de 2012, que altera a IN n~~º~~ 1.234/12)

(Vide art. 3~~º~~ da IN RFB n~~º~~ 1.244/2012)

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n~~º~~..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n~~º~~ 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n~~º~~ 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n~~º~~ 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n~~º~~ 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1~~º~~ da Lei n~~º~~ 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data......................................................

Assinatura do Responsável